



R&C201

RELATÓRIO E CONTAS 2021



GABRIEL COUTO

ÍNDICE

01

RELATÓRIO DE GESTÃO

- 1.1 Enquadramento Macroeconómico e Setorial
- 1.2 O Desempenho da Empresa em 2021
- 1.3 Perspetivas para o Ano 2022
- 1.4 Outras Informações Relevantes
- 1.5 Agradecimentos
- 1.6 Proposta de Aplicação de Resultados

02

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

03

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

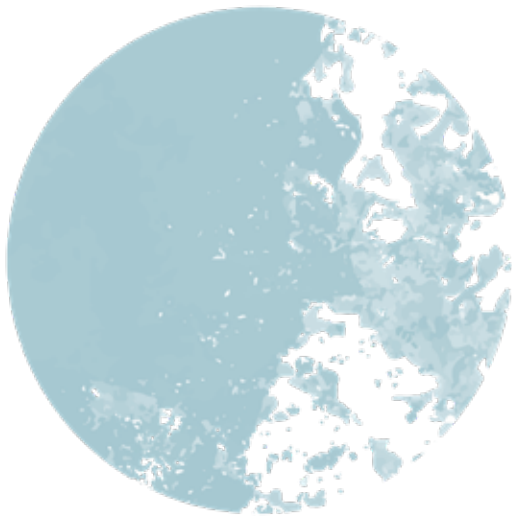
- 3.1 Demonstrações Financeiras
 - 3.1.1 Balanço
 - 3.1.2 Demonstração dos Resultados
 - 3.1.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa
 - 3.1.4 Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- 3.2 Anexo

04

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

- 4.1 Relatório e Parecer do Fiscal Único
- 4.2 Certificação Legal de Contas

PORTFÓLIO



MENSAGEM

O ano de 2021, foi um ano de recuperação da atividade económica depois do fortíssimo abrandamento do ano anterior provocado pela pandemia. Contudo, os efeitos desta ainda se fizeram sentir, em particular com a subida abrupta e muito significativa dos preços dos materiais, pela disrupção das cadeias de fornecimento e transporte nos principais mercados mundiais.

O volume de negócios da Gabriel Couto em Portugal, esteve em linha com o ano de 2020, cerca de 70 M€. No mercado internacional, embora o volume de negócios tivesse estado em linha também com o obtido em 2020, ou seja, cerca de 35 M€, ficou bastante abaixo do expeável face à suspensão total do projeto do gás em Afungi (Moçambique), a partir do mês de Março de 2021. A empresa mantém ainda contratualizado cerca de 60 MUSD de trabalhos nesse projeto, cuja parte significativa seria para executar durante aquele ano de 2021.

Em contrapartida, foi-nos adjudicado um projeto no Ghana, no valor de 95 M€, a Estrada entre Agona e Tarkwa, cujo arranque ocorreu já no último trimestre de 2021. Também durante o ano de 2021 concluímos praticamente todos os projetos na América Central.

A empresa possui, ao momento, uma carteira de obra no valor de aproximadamente 303 M€, destacando-se, no mercado nacional, um volume de cerca de 131 M€ e no mercado internacional um volume de cerca de 172 M€. Realça-se, em particular em Portugal, as obras para o IP, a E.N. 14 entre Maia e Trofa, a construção de 117 apartamentos no Porto para o Montepio e a recuperação/construção de um empreendimento para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a conclusão de dois hotéis em Lisboa para o Grupo Sana e Grupo Endutex.

Realça-se também, na parte internacional, uma maior retoma no mercado Angolano, com boas expeativas para o ano de 2022, bem como a entrada em pleno dos trabalhos no Ghana.

Foi também aprovado, durante o ano de 2021 o PRR, que destina ao nosso setor um elevado pacote de investimentos, a que se devem ainda adicionar os projetos ainda em execução do programa 2020 e o início do programa 2030. O volume de investimento público quase que duplicará em relação aos anos anteriores, passando de 3 M€ para 6 M€ por ano.

Se nos congratulamos com essa expectativa de investimento, não podemos deixar de estar muito preocupados com as condições conjunturais que permitirão a sua efetiva concretização. A falta de mão de obra em quantidade e qualidade, é o principal entrave e constrangimento que, na nossa opinião, o setor atravessa. Para além das iniciativas a tomar pelo próprio setor, individualmente e através das suas Associações, principalmente iniciativas capazes de captar jovens para o nosso setor de atividade, desmontando a imagem que, injustamente, ainda cai sobre esta atividade, de ser um setor pouco qualificado, demasiado duro e com baixa prestação pecuniária, situação esta há muito ultrapassada, serão necessárias medidas, por parte da Administração Central, de uma desburocratização dos processos de obtenção de vistos de trabalho, em particular dos Países da Lusofonia, cuja demora injustificadamente ainda se verifica. Obviamente, assegurando de uma forma rigorosa as condições de segurança pública.

Se nada for feito neste aspeto, seguramente que não iremos alcançar o desiderato de captarmos na íntegra aqueles fundos, a maior parte a fundo perdido e, com isso, perder uma enorme, talvez a última oportunidade de executarmos projetos profundamente estruturais para o País. E a alternativa não será seguramente, em situação de desespero, facilitar os processos concursais públicos, penalizando a transparência, a objetividade nos meios de decisão de contratar e normas de concorrência leais e transparentes, tal como está previsto no CCP.

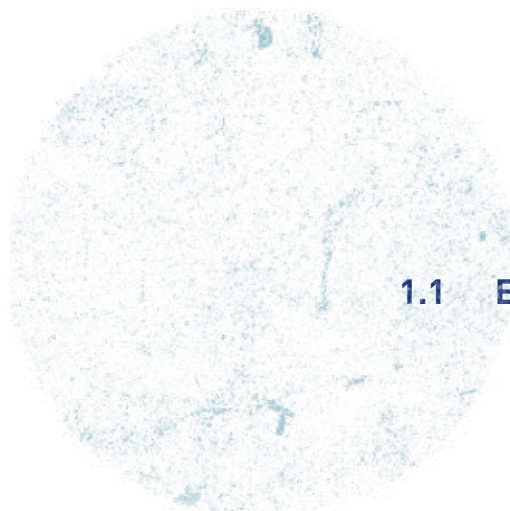
Por último, não podemos deixar de manifestar o nosso muito apreço a todos os nossos colaboradores que, num ambiente de pandemia, deram um exemplo de coragem e total empenho nos objetivos da empresa.

De igual forma, endereçamos os nossos agradecimentos a todas as entidades – clientes, fornecedores e entidades financeiras – pela confiança que depositaram na nossa capacidade de criar valor para todos.



01

RELATÓRIO DE GESTÃO



Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório de Gestão e Contas, que refletem a atividade económica e financeira da nossa sociedade durante o exercício de 2021.

1.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SETORIAL

O ano de 2021 ficou marcado como o ano da recuperação após o efeito da Pandemia COVID-19. A economia mundial apresentou um forte crescimento +6,1% em contraste com o decréscimo do ano anterior que foi de -3,1%. Esta tendência de crescimento foi comum às economias desenvolvidas (+5,3%) e às economias emergentes e em desenvolvimento (+6,7%) com destaque para o crescimento da China (+8,1%), Índia (+8,9%) e da Turquia (+11,0%).

À semelhança do verificado na generalidade das economias europeias, também em Portugal se assistiu, em 2021, a um forte crescimento do PIB (+4,9%) apesar de ser menor do verificado na Zona Euro (+5,4%). Para esta evolução muito contribuiu o forte aumento da procura interna (+4,8%), quer das famílias (+4,5%) quer do Estado (+4,1%).

Quanto ao setor da Construção, o ano de 2021 foi marcado por mais um ano de crescimento, na produção (+4,3%), no consumo de cimento (+5,8%) e do emprego (+2,8%). O principal motor de crescimento em 2021 foi, mais uma vez, a engenharia civil (+6,0%) e os edifícios residenciais (+4,5%), verificando-se um aumento mais reduzido nos edifícios não residenciais (+0,9%).

1.2 O DESEMPENHO DA EMPRESA EM 2021

A empresa registou em 2021 um valor de vendas e prestação de serviços de 103,8 M€, das quais 34,9 M€ no mercado externo (33,6% do total).

valores em milhões de euros

Volume de Negócios	2021
Nacional	68,9
Exportação (Sucursais)	34,9
Moçambique	16,6
Zâmbia	1,4
Ghana	3,0
Honduras	2,3
Nicarágua	0,2
El Salvador	11,4
Total	103,8

Apesar dos impactos causados pela pandemia, as vendas e prestação de serviços em 2021 aumentaram ligeiramente face ao ano anterior. A principal variação face ao ano anterior verificou-se ao nível do mercado internacional, com a suspensão da atividade em Moçambique, resultante de instabilidade na zona norte do país, mas que foi compensada pelo aumento de produção em El Salvador e pelo início da obra no Ghana.

Em Portugal assistimos a um reforço do investimento público, onde se destaca as obras da Infraestruturas de Portugal, a Câmara de Lisboa (Bairro da Boavista). Dos investimentos privados realçamos, a residência de estudantes da UHUB (Lisboa), as unidades hoteleiras, Hotel Moov (Lisboa), Quinta da Ombria (Loulé) e Hotel Paris (Grupo Sana) e as obras de reabilitação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

No mercado externo, tem sido atribuída especial atenção à necessidade na diversificação de mercados. Esta estratégia teve como resultado a adjudicação em 2021, de uma obra de infraestrutura de estradas no Ghana (95M€), permitindo assim, minimizar a suspensão de toda a atividade no projeto de gás natural no norte de Moçambique (LNG – Área 1) para a Total. Na América Central, a principal atividade ficou centrada na obra de El Salvador.

RECURSOS HUMANOS

O quadro de trabalhadores no final de 2021 era de 386 em Portugal, 21 em Moçambique, 29 na Zâmbia, 12 nas Honduras, 18 em El Salvador e 78 no Ghana, num total de 544.

É preocupação da empresa que a todos eles sejam facultadas ações de formação, reforçando e dotando-os de novas competências, com o objetivo de melhorar continuamente o desempenho e a qualidade do trabalho prestado.

POLÍTICAS DE QUALIDADE, SEGURANÇA E AMBIENTE

A empresa possui políticas de Qualidade, Segurança e Ambiente perfeitamente definidas e certificadas pela APCER.

Esta é uma inequívoca vontade e orientação da administração da empresa, ciente da sua importância como instrumento do sucesso da nossa organização.

No que respeita às Matérias Ambientais, a empresa utiliza o método do custo para a contabilização de dispêndios de carácter ambiental. A empresa registou gastos de natureza ambiental, no que se refere a auditorias e recolha e tratamento de resíduos, no montante total de 333 087 Euros. Estes gastos estão suportados por faturas emitidas por empresas subcontratadas as quais são especializadas no tratamento de resíduos. Não existem provisões nem passivos contingentes de carácter ambiental por não existirem situações que justifiquem a sua constituição. Não ocorreram dispêndios com multas e outras penalidades pelo não cumprimento dos regulamentos ambientais e indemnizações pagas a terceiros. A empresa não é abrangida por qualquer incentivo público referente a esta matéria.

BREVE ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Verificou-se no ano de 2021 um ligeiro aumento do volume de vendas e prestação de serviços para 103,8 M€ e do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos para 9,1 M€.

(valores em M€)

	2019 (Anual)	2020 (Anual)	2021 (Anual)
Receita (Volume Negócios)	131,0	102,9	103,8
MEP* e Imparidades	- 0,1	0,0	0,1
Res. antes de deprec., gastos financiamento e impostos	9,6	7,7	9,1
Resultados Financeiros	-3,8	-2,9	-4,0
Resultado Líquido	2,1	1,1	0,4

*MEP: método de equivalência patrimonial

SITUAÇÃO PERANTE O ESTADO E A SEGURANÇA SOCIAL

A empresa mantém com o Estado e a Segurança Social a situação perfeitamente regularizada.

1.3 PERSPETIVAS PARA O ANO 2022

O despoletar da guerra da Ucrânia no início do ano de 2022, irá certamente condicionar os próximos tempos. O aumento da instabilidade geopolítica na Europa associado a um vigoroso processo inflacionista, veio condicionar o processo de retoma económica. As previsões para o crescimento do PIB têm vindo a ser revistas com regularidade, prevendo-se um crescimento da economia mundial em 2022 (+3,6%), sendo menor nas economias desenvolvidas (+3,1%) e mais acelerado nas economias em desenvolvimento e emergentes (+4,0%), principalmente devido ao facto de se prever um forte crescimento para a economia Indiana (+7,3%).

Para Portugal, as perspetivas de crescimento para 2022 (+4,2%) são mais elevadas do que a prevista para a zona Euro (+2,6%). Tal situação permitirá à economia portuguesa, apenas em finais de 2022, a recuperação integral do impacto da pandemia no crescimento da economia.

No que respeita ao setor da construção, e apesar de ter sido um setor pouco afetado por esta pandemia, o ano de 2022 reveste-se de especial incerteza quanto ao impacto da espiral inflacionista nos preços, e por consequência nas decisões de investimento. Para 2022 as associações do setor perspetivam para o setor da construção em Portugal um crescimento (+4% ~ +7%), em linha com o que se verificou em 2021.

A perspetiva da empresa para o futuro próximo, em especial para o ano de 2022, assenta na sua carteira de encomendas.

A carteira ascende a cerca de 303,3 milhões de euros com uma implementação em três continentes, como resultado de uma estratégia de diversificação dos mercados de internacionalização.

Carteira de Obras	valores em M€	
	2021	
Nacional		131,3
Exportação		172,0
Moçambique		32,7
Zâmbia		2,6
Ghana		136
El Salvador		0,8
Total		303,3

As vias e infraestruturas são a principal atividade com 235,4 milhões de euros, enquanto a atividade de construção civil atinge cerca de 67,9 milhões de euros.

Importantes obras foram-nos adjudicadas em Portugal e terão um impacto relevante durante o ano de 2022 as obras: IP (EN14), Montepio (Quinta do Pinheiro), Câmara Municipal Lisboa (Bairro da Boavista), Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Brisa. A nível internacional, é de realçar o mercado do Ghana, obras de infraestruturas rodoviárias.

1.4 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

A empresa não dispõe de quaisquer sucursais no território nacional. No estrangeiro a empresa tem as seguintes sucursais:

- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal na Zâmbia
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Cabo Verde
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal na Suazilândia
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Moçambique
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Honduras
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Senegal
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Nicarágua
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em El Salvador
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Ghana

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de ações próprias. A entidade é detentora de ações próprias, no montante de 500.000,00€.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores.

Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

1.5 AGRADECIMENTOS

A todos os Colaboradores da empresa, Clientes, Fornecedores e Instituições Financeiras que conosco têm colaborado, agradecemos o seu esforço e colaboração, pois estamos certos que sem o seu concurso as dificuldades seriam maiores e o desempenho de menor qualidade.

Aos restantes Órgãos Sociais, e em especial ao Fiscal Único, o Revisor Oficial de Contas, os nossos agradecimentos por todo o empenho dispensado à empresa, o que muito nos apraz registrar.

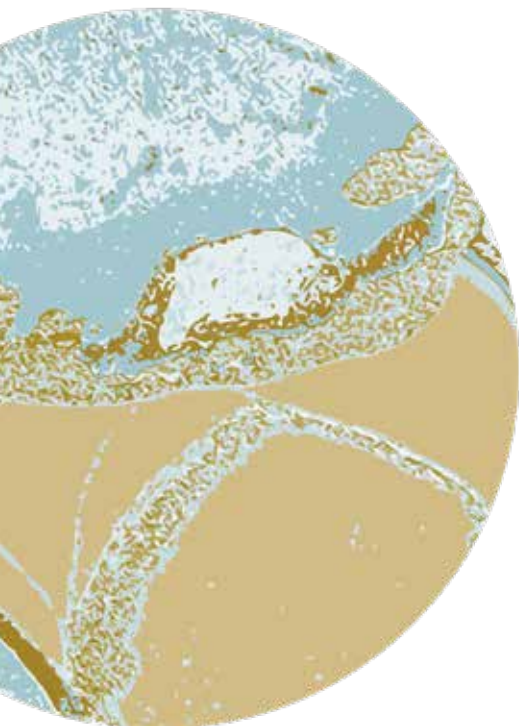
1.6 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos legais e estatutários, propõe-se que o resultado líquido de 2021, no valor de +413 051,83 Euros seja aplicado em Resultados Transitados.

Tal como tem sido política da empresa, não se procederá à distribuição de dividendos aos acionistas a fim de consolidar os Capitais Próprios da empresa.

Vila Nova de Famalicão, 15 de Junho de 2022

O Conselho de Administração,



02

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Participação dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização no capital de Construções Gabriel A.S. Couto, S.A.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, discrimina-se a seguir o número de ações que cada titular declarou possuir à data de 31 de Dezembro de 2021.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

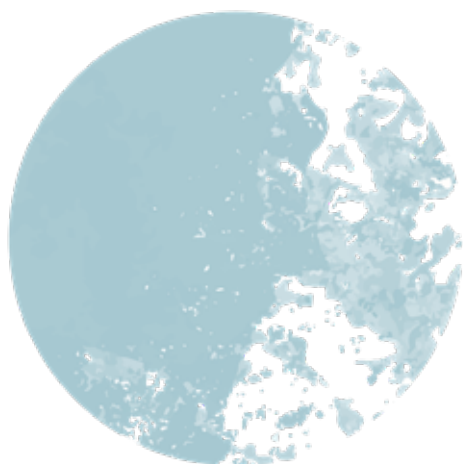
Carlos Alberto Freitas Couto (Presidente do Conselho Administração)	68 932 ações
Maria da Conceição Chaves Veloso Rito Freitas Couto (Esposa do Presidente do Conselho de Administração)	68 932 ações
Avelino Jorge da Silva Oliveira (Vogal do Conselho Administração)	68 932 ações
Maria Helena Freitas Couto (Esposa do Vogal Avelino Oliveira)	68 932 ações
António Gabriel Freitas Couto (Vogal do Conselho Administração)	68 932 ações
Isabel Maria Columbano Pereira da Silva (Esposa do Vogal António Couto)	68 932 ações

Nenhum outro membro dos órgãos de Administração ou Fiscalização declarou possuir, ou ter possuído durante o ano de 2021, ações ou obrigações de CONSTRUÇÕES GABRIEL A. S. COUTO, S.A.

Não ocorreram movimentos no exercício de 2021.

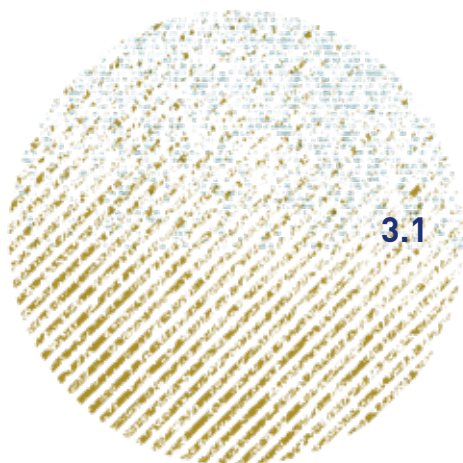
Vila Nova de Famalicão, 15 de Junho de 2022

O Conselho de Administração

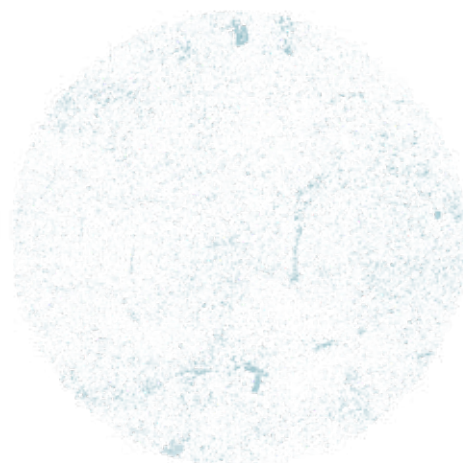


03

INFORMAÇÃO FINANCEIRA



3.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



3.1.1 BALANÇO | 31 de Dezembro de 2021

Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8,9 e 13	31 308 315,57	29 255 297,27
Propriedades de investimento	7 e 13	145 000,00	145 000,00
Ativos intangíveis	6 e 13	--	--
Participações financeiras - método equival. patrimonial	11,12 e 14	577 364,47	551 010,24
Outros investimentos financeiros	11,12 e 14	727 759,58	602 737,43
Ativos por impostos diferidos	19	98 030,85	33 708,88
		32 856 470,47	30 587 753,82
Ativo corrente			
Inventários	15	1 663 785,13	2 437 659,78
Clientes	20	46 213 049,80	45 977 815,46
Adiantamentos a fornecedores		807 570,46	--
Estado e outros entes públicos	25	1 008 361,05	1 047 191,36
Outros créditos a receber	20	24 042 117,64	24 505 180,26
Diferimentos	23	556 065,50	562 023,86
Outros ativos financeiros		143 489,88	150 000,00
Ativos não correntes detidos para venda		--	4 280,07
Caixa e depósitos bancários	5	7 472 389,94	5 560 338,16
		81 906 829,40	80 244 488,95
Total do ativo		114 763 299,87	110 832 242,77

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO**CAPITAL PRÓPRIO**

Capital subscrito	24	5 000 000,00	5 000 000,00
Ações (quotas) próprias		(500 000,00)	(500 000,00)
Reservas legais		1 000 000,00	1 000 000,00
Outras reservas		9 610 110,19	9 610 110,19
Resultados transitados		12 241 596,28	11 660 377,74
Excedentes de revalorização	8.2	16 507 457,09	16 806 868,50
Ajustamentos/outras variações no capital próprio		(18 873 085,85)	(18 850 729,88)
		24 986 077,71	24 726 626,55
Resultado líquido do período		413 051,83	1 129 075,93
		25 399 129,54	25 855 702,48
Total do capital próprio		25 399 129,54	25 855 702,48

PASSIVO**Passivo não corrente**

Provisões	18	414 488,98	119 078,54
Financiamentos obtidos	22	11 577 462,38	13 583 299,34
Passivos por impostos diferidos	19	14 921,11	15 668,10
Outras dívidas a pagar	21	14 013 308,91	5 283 052,49
		26 020 181,38	19 001 098,47

Passivo corrente

Fornecedores	21	25 675 682,67	30 091 772,63
Adiantamentos de clientes	21	12 344 427,05	11 482 786,27
Estado e outros entes públicos	25	1 884 445,48	2 462 376,31
Financiamentos obtidos	22	10 937 000,24	13 202 445,10
Outras dívidas a pagar	21	6 859 424,13	6 700 347,89
Diferimentos	23	5 643 009,38	2 035 713,62
		63 343 988,95	65 975 441,82
Total do passivo		89 364 170,33	84 976 540,29
Total do capital próprio e do passivo		114 763 299,87	110 832 242,77

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

3.1.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS | 31 de Dezembro de 2021

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERIODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	17	103 799 146,52	102 948 860,28
Subsídio à exploração		--	35 141,69
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	26	181 568,73	30 501,61
Variação nos inventários da produção	27	(27 099,58)	(4 244,06)
Trabalhos para a própria entidade		722 452,83	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	28	(21 316 997,61)	(21 968 692,31)
Fornecimentos e serviços externos	29	(59 090 096,05)	(58 226 234,19)
Gastos com o Pessoal	30	(16 693 803,64)	(16 106 217,35)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		--	(28 550,18)
Provisões (aumentos / reduções)	18	(279 135,77)	14 312,33
Aumentos / reduções de justo valor	31	(6 510,12)	--
Outros rendimentos	32	8 609 274,29	8 651 392,40
Outros gastos	32	(6 780 514,38)	(7 620 563,02)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		9 118 285,22	7 725 707,20
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6, 7, 8 e 13	(4 329 732,46)	(3 247 795,77)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 788 552,76	4 477 911,43
Juros e rendimentos similares obtidos	33	--	374 317,33
Juros e gastos similares suportados	33	(3 961 481,65)	(3 288 275,87)
Resultado antes de impostos		827 071,11	1 563 952,89
Imposto sobre o rendimento do período	19	(414 019,28)	(434 876,96)
Resultado líquido do exercício		413 051,83	1 129 075,93
Resultado por ação básico		0,41	1,13

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

3.1.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | 31 de Dezembro de 2021

Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de Clientes		102 505 813,45	105 650 920,75
Pagamentos Fornecedores		(83 654 714,69)	(104 578 973,81)
Pagamentos ao pessoal		(13 092 456,59)	(12 750 328,63)
Caixa gerada pelas operações		5 758 642,17	(11 678 381,69)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(370 446,00)	(763 354,93)
Outros recebimentos / pagamentos		8 096 016,61	9 895 267,75
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		13 484 212,78	(2 546 468,86)

Fluxos de caixa das atividades de investimento
Pagamentos respeitantes a:

Ativos fixos tangíveis		(7 030 638,12)	(5 989 011,17)
Ativos intangíveis		--	--
Investimentos financeiros		--	--
Outros ativos		--	--

Recebimentos provenientes de:

Ativos fixos tangíveis		3 619 405,72	3 324 135,29
Ativos intangíveis		--	--
Investimentos financeiros		--	--
Outros ativos		--	--
Subsídios ao investimento		--	--
Juros e rendimentos similares		13 384,69	179 726,93
Dividendos		58 450,18	51 852,66

Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(3 339 397,53)	(2 433 296,29)
---	--	-----------------------	-----------------------

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Recebimentos provenientes de:

Financiamentos obtidos		74 442 638,77	66 701 882,16
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		--	--
Cobertura de prejuízos		--	--
Doações		--	--
Outras operações de financiamento		--	374 317,33

Pagamentos respeitantes a:

Financiamentos obtidos		(78 713 920,59)	(58 130 060,40)
Juros e gastos similares		(3 961 481,65)	(3 288 275,87)
Dividendos		--	--
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		--	--
Outras operações de financiamento		--	--

Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)

(8 232 763,47) **5 657 863,22**

Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)

1 912 051,78 678 098,07

Efeito das variações de câmbio

-- --

Caixa e seus equivalentes no início do período

5 560 338,16 4 882 240,09

Caixa e seus equivalentes no fim do período

5 7 472 389,94 5 560 338,16

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

3.1.4 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Demonstração das Alterações no Capital Próprio no Período 2020

Euros

RUBRICAS	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio	
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1	5 000 000,00	(500 000,00)	--	--	1 000 000,00	9 610 110,19	9 704 325,15	(18 759 426,87)	9 605 216,60	--	2 056 466,05	17 716 691,12	--	17 716 691,12
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Alterações de políticas contabilísticas		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Realização do excedente de revalorização		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Excedentes de revalorização		--	--	--	--	--	--	--	--	7 201 651,90	--	--	7 201 651,90	--	7 201 651,90
Ajustamentos por impostos diferidos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		--	--	--	--	--	--	1 956 052,59	(91 303,01)	--	--	(2 056 466,05)	(191 716,47)	--	(191 716,47)
	2	--	--	--	--	--	--	1 956 052,59	(91 303,01)	7 201 651,90	--	(2 056 466,05)	7 009 935,43	--	7 009 935,43
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											1 129 075,93	1 129 075,93		1 129 075,93
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3											(927 390,12)	(927 390,12)		(927 390,12)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Realizações de prémios de emissão		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Distribuições		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Entradas para cobertura de perdas		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Outras operações		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
	5	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	6=1+2+3+5	5 000 000,00	(500 000,00)	--	--	1 000 000,00	9 610 110,19	11 660 377,74	(18 850 729,88)	16 806 868,50	--	1 129 075,93	25 855 702,48	--	25 855 702,48

RUBRICAS	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio	
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	1	5 000 000,00	(500 000,00)	--	--	1 000 000,00	9 610 110,19	11 660 377,74	(18 850 729,88)	16 806 868,50	--	1 129 075,93	25 855 702,48	--	25 855 702,48
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Alterações de políticas contabilísticas		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Realização do excedente de revalorização		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Excedentes de revalorização		--	--	--	--	--	--	--	[299 411,41]	--	--	--	[299 411,41]	--	[299 411,41]
Ajustamentos por impostos diferidos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		--	--	--	--	--	581 218,54	581 218,54	[22 355,97]	--	--	[1 129 075,93]	[570 213,36]	--	[570 213,36]
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2	--	--	--	--	--	--	581 218,54	[22 355,97]	[299 411,41]	--	[1 129 075,93]	[869 624,77]	--	[869 624,77]
3												413 051,83	413 051,83	--	413 051,83
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3											[716 024,10]	[716 024,10]	--	[716 024,10]
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Realizações de prémios de emissão		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Distribuições		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Entradas para cobertura de perdas		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Outras operações		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
5															
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	6=1+2+3+5	5 000 000,00	(500 000,00)	--	--	1 000 000,00	9 610 110,19	12 241 596,28	[18 873 085,85]	16 507 457,09	--	413 051,83	25 399 129,54	--	25 399 129,54

3.2 ANEXO

(Montantes expressos em Euros)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

- 1.1. Designação da Entidade: Construções Gabriel A. S. Couto, S.A.
- 1.2. Sede: Rua S. João de Pedra Leital, 1000 — 4770-464 Requião - V. N. Famalicão.
- 1.3. Natureza da atividade: Exploração da atividade de construção civil e obras públicas.
- 1.4. Período abrangido pelas demonstrações financeiras: 2021

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Indicação do referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, de acordo com a estrutura conceptual e as normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) aplicáveis.

Tal como previsto no parágrafo 1.4 do Anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009 (repblicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho), sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que apresente, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, fica desde já estabelecido, tendo em vista tão somente a superação dessa lacuna, o recurso, supletivamente e pela ordem indicada:

— Às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;

— Às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC. Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período findo em 31 de dezembro de 2021.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

| Pressuposto da continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

| Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

| Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração das alterações no capital próprio e na demonstração dos fluxos de caixa ou no anexo.

| Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando

em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

| Comparabilidade

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

3.2.1 *Ativos fixos tangíveis.*

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo revalorizado, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	3 a 15
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento administrativo	4 a 10

3.2.2 *Ativos intangíveis*

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

3.2.3 *Propriedades de investimento*

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e/ou a valorização do capital investido e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento, são registadas pelo seu justo valor determinado de acordo com preços correntes executáveis no mercado em questão.

As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício, na rubrica de variação de valor nas propriedades de investimento.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto Municipal sobre Imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem.

3.2.4 *Loações*

As operações de locação são classificadas como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Loações operacionais

Os pagamentos efetuados à luz dos contratos de locação operacional são registados na rubrica de gastos dos períodos a que dizem respeito.

Loações financeiras

Os ativos fixos tangíveis adquiridos em regime de locação financeira são registados pelo seu valor no ativo e a correspondente responsabilidade no passivo.

As depreciações destes bens foram efetuadas de acordo com o referido no ponto 3.2.1, e registadas em gastos de depreciação do período.

A parte de capital incluída nas rendas pagas é deduzida ao montante da responsabilidade registada no passivo, sendo os juros aí incluídos contabilizados como gastos de financiamento do período.

3.2.5 *Participações Financeiras – Método Equivalência Patrimonial*

Os investimentos em associadas e subsidiárias são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas e subsidiárias, e pelos dividendos recebidos.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas e subsidiárias quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir também naquela rubrica. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão à exceção do Goodwill.

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas, encontram-se registados ao custo de aquisição, sendo posteriormente, e no final de cada período ajustados no seu valor pela utilização do método da equivalência patrimonial, com exceção das situações descritas nas notas 10 e 11.

3.2.6 *Outros Investimentos Financeiros*

As compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas nas datas da transação. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação.

É feita uma avaliação quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto na conta de resultados as perdas de imparidade quando se demonstrem existir.

3.2.7 *Inventários*

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O método de custeio utilizado na movimentação das matérias-primas, subsidiárias e de consumo é o custo médio ponderado.

Os produtos acabados e semi-acabados e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao menor do custo de produção ou do valor realizável líquido.

Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico. O método de custeio é o custo médio.

3.2.8 *Clientes e as Outras contas a receber*

As dívidas de “Clientes” e as “Outras contas a receber” são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Perdas por imparidade em contas a receber”, por forma a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

Evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobrança, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

3.2.9 *Fornecedores e Outras dívidas a pagar*

As dívidas a Fornecedores e a Outras dívidas a pagar são registadas pelo seu valor nominal dado que usualmente não vencem juros.

3.2.10 *Caixa e equivalentes de caixa*

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, e que possam ser imediatamente mobilizáveis.

3.2.11 *Empréstimos*

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal. Os encargos financeiros com juros e encargos similares são registados na demonstração de resultados de acordo com o princípio da especialização do exercício.

3.2.12 *Provisões*

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando a empresa tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

3.2.13 *Impostos sobre o rendimento*

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto que o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expetável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.2.14 *Contratos de Construção*

A empresa reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses custos com os custos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos proveitos estimados e os valores faturados são contabilizadas nas sub-rubricas “27218 – Contratos de Construção” ou “2821 - Obras % acabamento”, incluídas nas rubricas “Outros créditos a receber” e “Outras dívidas a pagar”.

Variações nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do exercício quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de custos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Para fazer face aos custos a incorrer durante o período de garantia das obras, a empresa reconhece anualmente um passivo para fazer face a tal obrigação legal, a qual é apurada tendo em conta o volume de produção anual e o historial de custos incorridos no passado com as obras em período de garantia.

Quando é provável que os custos totais previstos no contrato de construção excedam os proveitos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do período.

3.2.15 *Ativos e passivos contingentes*

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da empresa mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da empresa, sendo os mesmos objeto de divulgação.

3.2.16 Imparidade

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidades dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de Investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", ou na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões), caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não estivesse registada em exercícios anteriores.

4. BASES DE MENSURAÇÃO

4.1. Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

4.2. Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal.

4.3. Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

5. FLUXOS DE CAIXA

5.1. Comentário da Administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso.

Não se verificaram saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

5.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

(valores em euros)

Rubrica	31.12.2021	31.12.2020
Numerário	69 126,58	108 204,40
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	4 451 678,11	1 909 646,70
Depósitos a prazo	2 951 585,25	3 542 487,06
Caixa e seus equivalentes	7 472 389,94	5 560 338,16

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021, os movimentos ocorridos nos valores dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

(valores em euros)

Ano 2020	Saldo inicial	Aumentos	Alienações/ transferência	Diferencial câmbio	Saldo final
Valores brutos					
Programas de computador	479 052,89	0,00	0,00	0,00	479 052,89
Outros	88 975,22	0,00	-88 975,22	0,00	0,00
Total	568 028,11	0,00	-88 975,22	0,00	479 052,89
Amortizações acumuladas					
Programas de computador	479 052,89	0,00	0,00	0,00	479 052,89
Total	479 052,89	0,00	0,00	0,00	479 052,89
Valor Líquido	88 975,22				0,00

(valores em euros)

Ano 2021	Saldo inicial	Aumentos	Alienações/ transferência	Diferencial câmbio	Saldo final
Valores brutos					
Programas de computador	479 052,89	0,00	0,00	0,00	479 052,89
Total	479 052,89	0,00	0,00	0,00	479 052,89
Amortizações acumuladas					
Programas de computador	479 052,89	0,00	0,00	0,00	479 052,89
Total	479 052,89	0,00	0,00	0,00	479 052,89
Valor Líquido	0,00				0,00

7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A rubrica "Propriedades de investimento" regista em 31 de Dezembro de 2020 e 2021 os seguintes valores:

(valores em euros)

Rubrica	Ano 2019	Alienações	Depreciações exercício	Reversão Depreciações	Valorização	Ano 2020
Valores Brutos						
Edifícios e outras construções	145 000,00					145 000,00
Depreciações acumuladas						
Saldo final	0,00					0,00
Valor Líquido	145 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	145 000,00

(valores em euros)

Rubrica	Ano 2020	Alienações	Depreciações exercício	Reversão Depreciações	Valorização	Ano 2021
Valores Brutos						
Edifícios e outras construções	145 000,00					145 000,00
Depreciações acumuladas						
Saldo final	0,00					0,00
Valor Líquido	145 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	145 000,00

Em 2016 procedeu-se a alteração da metodologia de valorização contabilística dos elementos que integram as propriedades de investimento de custo de produção para justo valor, resultando num aumento de valorização de 110 915,30 €.

Em 2021 não existem flutuações significativas do valor de mercado.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

8.1. Valores brutos e depreciações acumuladas

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2021 os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas foi o seguinte:

Ano 2020							(valores em euros)
Valores brutos	Saldo inicial	Aumentos	Alienações / Transf / Abates	Dif câmbio	Reavaliação	Saldo final	
Terrenos e recursos naturais	632 054,53	9 335,53	0,00	-4 287,68	0,00	637 102,01	
Edifícios e outras construções	4 307 220,47	0,00	0,00	-242 563,44	0,00	4 064 657,03	
Equipamento básico	35 036 770,72	4 747 774,68	-2 642 921,13	-4 190 985,45	3 228 534,94	36 179 173,76	
Equipamento de transporte	10 306 567,18	1 231 900,96	-354 733,22	-1 080 070,74	3 069 328,30	13 172 992,48	
Equipamento administrativo	729 419,27	0,00	-57 460,43	-19 190,51	0,00	652 768,33	
Outros ativos fixos tangíveis	42 876,84	0,00	-36 645,31	-1 529,65	0,00	4 701,88	
Em curso	232 375,20	0,00	-232 375,20	0,00	0,00	0,00	
Adiantamentos por conta investimento	184 132,00	0,00	0,00		0,00	184 132,00	
TOTAL	51 471 415,84	5 989 011,17	-3 324 135,29	-5 538 627,47	6 297 863,24	54 895 527,49	

Depreciações acumuladas	Saldo inicial	Reforço	Dif Camb	Anul/rever	Reavaliação	Saldo final
Edifícios e outras construções	1 836 974,90	124 490,73	-141 887,34	0,00	0,00	1 819 578,29
Equipamento básico	20 200 254,99	2 343 649,28	-2 319 550,41	3 186 409,91	0,00	17 037 943,95
Equipamento de transporte	6 788 849,03	775 771,37	-668 025,10	-756 953,99	0,00	6 139 641,31
Equipamento administrativo	708 820,74	3 595,37	-16 128,97	-57 460,43	0,00	638 826,71
Outros ativos fixos tangíveis	41 290,06	276,65	-1 289,37	-36 037,38	0,00	4 239,96
TOTAL	29 576 189,72	3 247 783,40	-3 146 881,19	-4 036 861,71	0,00	25 640 230,22
Valor Líquido	21 895 226,12					29 255 297,27

Ano 2021

(valores em euros)

Valores brutos	Saldo inicial	Aumentos	Alienações / Transf / Abates	Dif câmbio	Reavaliação	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	637 102,01	0,00	0,00	6 124,18	0,00	643 226,19
Edifícios e outras construções	4 064 657,03	424 456,60	0,00	202 282,97	0,00	4 691 396,60
Equipamento básico	36 179 173,76	3 884 840,35	-3 012 850,02	4 669 777,45	0,00	41 720 941,54
Equipamento de transporte	13 172 992,48	1 769 226,40	-606 555,70	885 034,55	0,00	15 220 697,73
Equipamento administrativo	652 768,33	50 199,35	0,00	13 588,76	0,00	716 556,44
Outros ativos fixos tangíveis	4 701,88	32 014,56	0,00	1 278,92	0,00	37 995,36
Em curso	0,00	449 900,86	0,00	0,00	0,00	449 900,86
Adiantamentos por conta investimento	184 132,00	420 000,00	0,00	0,00	0,00	604 132,00
TOTAL	54 895 527,49	7 030 638,12	-3 619 405,72	5 778 086,83	0,00	64 084 846,72

Depreciações acumuladas	Saldo inicial	Reforço	Dif Camb	Anul/rever	Reavaliação	Saldo final
Edifícios e outras construções	1 819 578,29	143 783,32	138 651,27	0,00	0,00	2 102 012,88
Equipamento básico	17 037 943,95	3 270 955,66	1 736 692,30	218 257,38	0,00	22 263 849,29
Equipamento de transporte	6 139 641,31	910 359,60	545 222,13	72 902,36	0,00	7 668 125,40
Equipamento administrativo	638 826,71	4 283,18	12 006,98	50 199,35	0,00	705 316,22
Outros ativos fixos tangíveis	4 239,96	350,67	1 153,28	31 483,45	0,00	37 227,36
TOTAL	25 640 230,22	4 329 732,43	2 433 725,96	372 842,54	0,00	32 776 531,15
Valor Líquido	29 255 297,27					31 308 315,57

8.2. Ativos fixos tangíveis expressos por quantias revalorizadas

Em 2020 realizou-se a revalorização de equipamento básico e de transporte, relativos a Portugal e às sucursais: Honduras, Zâmbia e Moçambique, com base numa avaliação feita por uma entidade independente.

O valor indicado no quadro acima, na coluna «Reavaliação», corresponde ao montante da revalorização efetuada em 2020 deduzida da revalorização anterior.

Durante o período não se efetuaram revalorizações do ativo fixo tangível ao abrigo de diplomas legais. Em períodos anteriores foram efetuadas revalorizações, que se basearam nos seguintes diplomas legais:

Ano da revalorização	Diploma legal
1986	Dec.- Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio
1991	Dec.- Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro
1993	Dec. - Lei nº 264/92, de 24 de Novembro

Quadro discriminativo das revalorizações efetuadas nos períodos referidos:

Rubrica	Custos Históricos	Reavaliações	(valores em euros)
			Valores Cont. Reavaliados
Revalorizações anos anteriores			
Terrenos e recursos naturais	189 543,20	132 187,43	321 730,63
Edifícios e outras construções	124 271,40	83 964,41	208 235,81
Sub-total	313 814,60	216 151,84	529 966,44
Revalorizações Livres Ano 2020			
Equipamento básico	10 118 730,12	10 088 012,52	20 206 742,64
Equipamento de transporte	2 094 740,97	5 149 585,51	7 244 326,48
Sub-total	12 213 471,09	15 237 598,03	27 451 069,12
TOTAL	12 527 285,69	15 453 749,87	27 981 035,56

9. LOCAÇÕES

9.1. Locações financeiras

A empresa possui ativos fixos tangíveis incluídos no Balanço em regime de locação financeira. À data de 31 de Dezembro de 2021 eram os seguintes os valores destes ativos:

Rubrica	Valores Brutos	Depreciações	(valores em euros)
			Valores Líquidos
Equipamento básico	2 823 561,35	1 567 992,25	1 255 569,10
Equipamento transporte	1 357 365,71	687 686,73	669 678,98

9.2. A responsabilidade inscrita no Balanço relativamente aos contratos de locação financeira era a seguinte:

(valores em euros)	Ano 2021	Ano 2020
No passivo corrente	895 154,52	503 714,71
No passivo não corrente	1 764 122,85	2 362 478,63
TOTAL	2 659 277,37	2 866 193,34

9.3. Locações financeiras

O valor referente aos pagamentos mínimos de contratos de locação financeira são os seguintes:

(valores em euros)	Ano 2021
Até 12 meses	895 154,52
Mais de 12 meses	1 764 122,85

9.4. Locações operacionais

O valor referente a pagamentos de rendas de locações operacionais é o seguinte:

(valores em euros)	Ano 2021
Até 12 meses	273 728,79
Mais de 12 meses	641 680,00

10. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

As empresas controladas conjuntamente, integradas pelo método proporcional, e proporção nas mesmas, eram em 31 de Dezembro de 2021 as seguintes:

Nome	Participação
Vias, Gabriel Couto, Electren - Reabilitação Sistema Mondego, ACE	30,00%
CEGA – Construção Scut dos Açores, ACE	25,00%
CMGE – Construtoras Escolares, ACE	33,33%
Alberto Couto Alves, Construções Gabriel A S Couto, ACE	50,00%
FEAG, ACE	15,00%
Escola FGA, ACE	50,00%
FGC - Ferreira Construções, Gabriel Couto	50,00%

À data de 31 de Dezembro de 2021 as quantias agregadas, ponderadas pela percentagem de controlo conjunto, dos ativos correntes, dos ativos não correntes, dos passivos correntes, dos passivos não correntes, dos rendimentos e dos gastos dos referidos agrupamentos complementares de empresa eram como segue:

Nome	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Gastos	Rendimentos	R. Líquido
Vias, Gabriel Couto, Electren - Reabilitação Sistema Mondego, ACE	0,00	632 091,20	0,00	406 866,90	817,02	0,00	-817,02
CEGA – Construção Scut dos Açores, ACE	0,00	75 420,43	0,00	76 318,73	899,47	1,17	-898,30
CMGE – Construtoras Escolares, ACE	0,00	77 341,52	0,00	57 895,94	605,00	6 932,24	6 327,24
Alberto Couto Alves, Construções Gabriel A S Couto, ACE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FEAG, ACE	0,00	72 210,12	0,00	72 210,12	0,00	0,00	0,00
Escola FGA, ACE	0,00	70 762,13	1 501,24	188 973,92	452,50	52,44	-400,06
FGC - Ferreira Construções, Gabriel Couto	0,00	153 165,49	0,00	153 209,68	240,86	196,67	-44,19

11. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E SUBSIDIÁRIAS

Em 31 de Dezembro de 2021 a participação financeira em empresas associadas está apresentada no quadro seguinte:

(valores em euros)

Firma	Sede	% CP	Capital próprio	Res. Líquido	Ano Obs
Comasa-C. Civil e O.Públicas, Lda	V.N. Famalicão	80,00	237 678,38	-7 448,45	2021 a)
Abrical-Areias, Brit. e Calcários, Lda	Miranda Douro	50,00	439 004,77	-216,09	2021 a)
Socojol-Eng. Const. Civil, Lda	Moçambique	91,70	b)	b)	b)
Gabriel Couto (Moçambique),SARL	Moçambique	57,00	b)	b)	b)
ParqF-Parques Estac Famalicão	Braga	39,90	329 684,00	80 916,03	2021 a)
Mopre – Pré Fabric Betão, Lda	Moçambique	90,00	b)	b)	b)
GCM – Eng e Const. Lda	Moçambique	88,04	b)	b)	b)
Bemoz. Lda.	Moçambique	85,00	b)	b)	b)
JV Gabriel Couto A.Carvalho Rosas Const. (Moldávia)	Moldávia	33,33	a)	a)	a)
GCM Eng ^a Const. Moçambique	Moçambique	88,04	b)	b)	b)
Gabriel Couto — EUROFINSA	Espanha	49,9	b)	b)	b)

Notas:

a) O valor destas participações financeiras está calculado de acordo com o método da equivalência patrimonial.

b) O valor destas participações está avaliado ao custo de aquisição. Estas empresas estão constituídas mas não iniciaram ainda a sua atividade produtiva, encontrando-se inativas.

11.1. Não existem remunerações a qualquer dos administradores desta empresa, advindas de qualquer das entidades havidas como partes relacionadas.

11.2. Operações com empresas relacionadas

Durante o exercício de 2021 as transações entre as relacionadas e a entidade foram as seguintes:

(valores em euros)

Empresa	Compras 2021	Vendas 2021	Outros Movimentos 2021	Saldo Clientes	Saldo Fornecedores	Outros devedores	Outros credores
Comasa	0,00		6 516,75	53 140,97			-15 266,08
Pontalta	-2 305,22		-584 738,00	15 810 113,21			-2 901 530,20
Promoções			6 424,87	186 783,11		14 321,36	
Gabriel Couto SGPS			9 207,75			1 255 916,45	
Abrical			296,09		-186 946,15	80,00	
Socojol				503 953,76			
Gabriel Couto Angola		84,00	70 504,16	3 162 002,85		1 089 592,61	
Mopre						2 278,55	
ParqF			206,64			206,64	
JV G. Couto				537 463,54		172 297,09	
AGE						268,25	
Gabriel Couto Moçambique						2 290,47	

12. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

12.1. Investimentos noutras empresas

(valores em euros)

Nome/Firma	%	Valor	Obs
Euroscut-Soc Concessionária da Scut do Algarve, SA	---	10,00	b)
Auto-Estradas Norte Litoral – Soc Conc AENL, SA	---	1,00	b)
Vialivre, SA	3,192	35 845,78	a)
Lamegorenova-Const e Gestão Equipamentos, SA	10,200	0,00	a)
Gabriel Couto, SGPS, SA	---	1,00	b)
Gabriel Couto Angola, Lda	7,125	1 787,67	b)
Norgarante	---	5 000,00	b)
Catim	---	1 000,00	b)
Banif	---	0,00	b)
F.VPR Mo (Montepio)	---	74 990,95	b)
TOTAL		118 636,40	

Empréstimos concedidos:

Gabriel Couto, SGPS, SA	---	0,32	b)
AGE – Energias Renováveis, Lda	---	0,00	a)
ParqF	---	131 873,60	a)
TOTAL		131 873,92	

Notas: a) o valor destas participações está avaliado pelo método da equivalência patrimonial

b) o valor destas participações está avaliado ao custo de aquisição.

12.2. Outros investimentos financeiros

Em 2021 não foram adquiridas participações financeiras.

13. DEPRECIAÇÕES DO EXERCÍCIO

Depreciações do exercício	(valores em euros)	
	2021	2020
Propriedades de investimento	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	4 329 732,46	3 247 795,77
Ativos fixos intangíveis	0,00	0,00
Reversões Propriedades de investimento	0,00	0,00
TOTAL	4 329 732,46	3 247 795,77

14. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2021 o valor dos Investimentos Financeiros ascendia a 1 305 124,05 Euros, tendo durante o ano evidenciado o seguinte movimento:

Investimento	(valores em euros)				
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transf/Abat/ D Camb	Saldo final
Em associadas ao MEP	551 010,24			26 354,23	577 364,47
Outros investimentos noutras empresas	602 737,43	1 105,59		123 916,56	727 759,58
Outros investimentos financeiros	602 737,43	1 105,59	0,00	123 916,56	727 759,58
TOTAL	1 153 747,67	1 105,59	0,00	150 270,79	1 305 124,05

15. INVENTÁRIOS

A discriminação dos Inventários em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 era como segue:

	(valores em euros)	
Rubrica	2021	2020
Matérias – primas, subsidiárias e de consumo	1 075 156,51	1 821 931,58
Produtos e trabalhos em curso	191 567,26	218 178,39
Produtos acabados e intermédios	388 141,48	388 629,93
Mercadorias	8 919,88	8 919,88
TOTAL	1 663 785,13	2 437 659,78

16. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Para o reconhecimento dos rendimentos e gastos dos contratos de construção, foi adotado o método da percentagem de acabamento. Assim, os rendimentos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração de resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os gastos incorridos até à data do balanço e os gastos totais estimados das obras.

17. RÉDITO

As vendas e as prestações de serviços registados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 foram como segue, por mercados:

	(valores em euros)	
Mercado	2021	2020
Mercado nacional		
Vendas		
Produtos acabados	41 250,00	2 750,00
Sub-total	41 250,00	2 750,00
Prestação de serviços		
	68 870 598,04	68 405 384,63
Sub-total	68 911 848,04	68 408 134,63
Mercado extra-comunitário		
Prestação de serviços		
	34 887 298,48	34 540 725,65
Sub-total	34 887 298,48	34 540 725,65
Total Geral	103 799 146,52	102 948 860,28

18. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões nos períodos de 2021 e 2020 foram como segue:

(valores em euros)

Provisões	2021	2020
Garantias a clientes		
Saldo inicial	92 507,86	120 507,86
Aumento	0,00	0,00
Reversões	0,00	28 000,00
Outras regularizações		
Saldo final	92 507,86	92 507,86
Contratos onerosos		
Saldo inicial	26 570,68	12 883,01
Aumento	298 877,35	26 570,68
Reversões	19 741,58	12 883,01
Outras regularizações	16 274,67	0,00
Saldo final	321 981,12	26 570,68
SALDO GLOBAL FINAL	414 488,98	119 078,54

(valores em euros)

Provisões	2021	2020
Garantias a clientes		
Aumento	0,00	0,00
Reversões	0,00	28 000,00
Contratos onerosos		
Aumento	298 877,35	26 570,68
Reversões	19 741,58	12 883,01
Saldo final	279 135,77	-14 312,33

19. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento registado nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 decompõe-se do modo seguinte:

(valores em euros)

Imposto	2021	2020
Imposto corrente	479 088,24	433 205,29
Imposto diferido	-65 068,96	1 671,67
TOTAL	414 019,28	434 876,96

Em 2020 utilizou o benefício fiscal CFEI II - Crédito Fiscal Extraordinário de Investimento no montante de 180.595,62 Euros, tendo beneficiado de uma redução de IRC de igual montante. Em 2021, também se utilizou o benefício fiscal CFEI II - Crédito Fiscal Extraordinário de Investimento no montante de 128.898,09 Euros.

Ativos por impostos diferidos referem-se a provisões no valor de 98 030,85 €.
Passivos por impostos diferidos referem-se a:

Rubrica	2021		2020	
	Ativos por Impostos Diferidos	Passivos por Impostos Diferidos	Ativos por Impostos Diferidos	Passivos por Impostos Diferidos
Provisões	98 030,85		33 708,88	
Reservas de reavaliação		7 422,45		7 978,26
Proveitos financeiros lucros a distribuir		7 498,66		7 689,84
	98 030,85	14 921,11	33 708,88	15 668,10

20. DÍVIDAS DE “CLIENTES” E “OUTROS CRÉDITOS A RECEBER”

As dívidas de clientes e de outras contas a receber em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 apresentam-se assim:

Rubrica	2021	2020
Clientes:		
Clientes c/c	46 213 049,80	45 977 815,46
Clientes – retenções de garantia	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	1 716 219,49	1 908 195,53
Perdas por imparidades acumuladas	-1 716 219,49	-1 908 195,53
TOTAL	46 213 049,80	45 977 815,46
Outros créditos a receber:		
Adiantamentos ao pessoal	27 875,41	30 060,71
Devedores por acréscimo de rendimento	21 391 621,47	20 774 471,75
Outros devedores	2 622 620,76	3 700 647,80
TOTAL	24 042 117,64	24 505 180,26

21. “FORNECEDORES”, “OUTRAS DIVIDAS A PAGAR” E “ADIANTAMENTO DE CLIENTES”

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 os valores a pagar a fornecedores e outras dividas a pagar, bem assim como os adiantamentos de clientes, apresentavam-se assim.

(valores em euros)

Rubrica	2021	2020
Fornecedores:		
Fornecedores c/c	22 814 261,93	25 876 372,73
Fornecedores de investimentos c/c	0,00	0,00
Fornecedores - títulos a pagar	128 636,91	642 107,74
Fornecedores - Ret. garantia	0,00	0,00
Fornecedores - fat em receç e conf	2 732 783,83	3 573 292,16
TOTAL	25 675 682,67	30 091 772,63
Outras dívidas a pagar não correntes:		
Adiantamento de clientes	12 105 282,59	3 286 111,21
Outros credores	1 908 026,32	1 996 941,28
TOTAL	14 013 308,91	5 283 052,49
Outras dívidas a pagar correntes:		
Remunerações a pagar	10 734,46	1 361,66
Credores por acréscimos gastos	2 093 446,24	1 685 703,86
Outros credores	4 695 325,91	5 011 846,85
Resultados atribuídos a acionistas	59 917,52	1 435,52
Outras operações com acionistas		
TOTAL	6 859 424,13	6 700 347,89
Adiantamento de clientes	12 344 427,05	11 482 786,27

22. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os Financiamentos obtidos estão desagregados entre Empréstimos Bancários, Locações Financeiras e Participantes de Capital. Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 tais valores eram os seguintes, separados entre Passivo Corrente e Passivo Não Corrente:

(valores em euros)

Rubrica	2021	2020
No Passivo não corrente:		
Empréstimos bancários	9 813 339,53	11 220 820,71
Locações financeiras	1 764 122,85	2 362 478,63
TOTAL	11 577 462,38	13 583 299,34
No Passivo corrente:		
Empréstimos bancários	10 027 849,50	12 684 734,17
Locações financeiras	895 154,52	503 714,71
Participantes de capital	13 996,22	13 996,22
TOTAL	10 937 000,24	13 202 445,10

Em 2020 e 2021 procedeu-se à compensação do financiamento de 4,0 MUSD e 3,7 MUSD, respetivamente, com o seu colateral de igual montante em depósitos a prazo. Em 2021 considerou-se sem recurso o financiamento de uma remessa de exportação do Ghana no montante de 2,7M€ para a qual existe um seguro de crédito com garantia do estado português.

23. DIFERIMENTOS

Os Diferimentos registam em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 os seguintes valores:

Rubrica	(valores em euros)	
	2021	2020
No ativo corrente:		
Gastos a reconhecer	556 065,50	562 023,86
No passivo corrente:		
Rendimentos a reconhecer	5 643 009,38	2 035 713,62

24. CAPITAL SOCIAL

O capital social da empresa está representado por 1.000.000 de ações, com o valor de 5 euros cada, e está todo realizado.

25. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os valores ativos e passivos do Estado e outros entes públicos apresentavam-se da forma seguinte nos balanços de 2021 e 2020:

Rubrica	(valores em euros)	
	2021	2020
No ativo corrente:		
Imposto sobre rendimento	254 746,95	464 501,08
Imposto sobre valor acrescentado	753 614,10	582 690,28
TOTAL	1 008 361,05	1 047 191,36
No passivo corrente:		
Imposto sobre rendimento	0,00	0,00
Retenção I. sobre rendimento	169 801,03	146 043,27
Restantes impostos-I. selo	0,00	0,00
Contribuição para a Segurança Social	1 714 644,45	2 316 333,04
TOTAL	1 884 445,48	2 462 376,31

26. GANHOS/PERDAS IMPUTADOS DE SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Os Ganhos e Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos desenvolviam-se da forma seguinte em 31 de Dezembro de 2021 e 2020:

Rubrica	(valores em euros)	
	2021	2020
Rendimentos e ganhos pela aplicação método equivalência patrimonial	89 293,62	58 839,09
Outros rendimentos e ganhos	40 283,14	0,00
Dividendos obtidos	58 450,18	51 852,66
Gastos e perdas pela aplicação do método da equivalência patrimonial	-6 458,21	-3 755,83
Outros gastos e perdas		-76 434,31
TOTAL	181 568,73	30 501,61

27. VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 computou-se a seguinte variação nos inventários da produção:

Rubrica	(valores em euros)	
	2021	2020
Produtos acabados e intermédios:		
Saldo final	388 141,48	388 629,93
Regularização Existências		
Saldo inicial	388 629,93	392 873,99
Variação	-488,45	-4 244,06
Produtos e Trabalhos em Curso		
Saldo final	191 567,26	218 178,39
Regularização Existências		-34 170,39
Saldo inicial	218 178,39	252 348,78
Variação	-26 611,13	0,00
Variação inventários da produção	-27 099,58	-4 244,06

28. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas registado no final dos períodos de 2021 e 2020 foram os seguintes:

	(valores em euros)	
Rubrica	2021	2020
Mercadorias		
Saldo inicial	8 919,88	8 919,88
Compras	0,00	0,00
Saldo final	8 919,88	8 919,88
Custo	0,00	0,00
Matérias-primas, subs e de consumo		
Saldo inicial	1 821 931,58	1 968 780,14
Compras	20 570 222,54	21 821 843,75
Saldo final	1 075 156,51	1 821 931,58
Custo	21 316 997,61	21 968 692,31
Custo mercado venda matérias consumidas	21 316 997,61	21 968 692,31

29. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 o valor dos Fornecimentos e serviços externos registavam os valores constantes do quadro abaixo, por rubricas:

	(valores em euros)	
Rubrica	2021	2020
Subcontratos	44 526 218,16	43 873 685,16
Trabalhos especializados	2 709 622,23	3 082 563,63
Publicidade e propaganda	26 341,36	28 418,76
Vigilância e segurança	543 400,73	485 585,28
Honorários	16 664,88	38 757,15
Comissões	2 766,00	0,00
Conservação e reparação	2 304 608,13	1 642 770,84
Ferramentas e utensílio desgaste rápido	239 128,06	299 138,22
Livros e documentação técnica	9 195,53	8 672,84
Material de escritório	86 263,03	57 304,32
Artigos para oferta	16 351,39	11 689,63
Material limpeza, higiene e conforto	29 140,40	29 176,07
Outros materiais	2 152,83	2 980,30
Eletricidade	286 607,47	206 580,89
Combustíveis	228 156,14	93 091,36
Água	96 079,44	54 082,52
Óleos	13 457,39	3 598,30
Gás	22 781,96	13 630,21

Deslocações e estadas	2 520 260,84	3 252 462,85
Transportes de pessoal	2 865,33	10 497,69
Transportes de mercadorias	14 016,00	28 974,38
Outros transportes	527 071,57	527 674,67
Rendas e alugueres	3 490 349,70	3 172 105,49
Comunicação	137 017,01	146 153,67
Seguros	813 044,35	625 540,61
Contencioso e notariado	137 321,38	256 504,01
Despesas de representação	21 102,89	11 714,93
Limpeza, higiene e conforto	129 101,67	142 823,12
Outros serviços	139 010,18	120 057,29
TOTAL	59 090 096,05	58 226 234,19

30. GASTOS COM O PESSOAL

30.1. Os gastos com o pessoal contabilizados nos períodos de 2021 e 2020 foram os seguintes, de forma desagregada:

Rubrica	(valores em euros)	
	2021	2020
Remunerações órgãos sociais	346 093,91	310 382,72
Remuneração do pessoal	13 092 456,59	12 750 328,63
Indemnizações	151 687,60	49 381,30
Encargos sobre remunerações	2 505 366,01	2 327 475,61
Seguros de acid trab doenç prof	294 370,70	274 195,11
Gastos de acção social	225 743,93	294 987,93
Outros gastos com pessoal	78 084,90	99 466,05
TOTAL	16 693 803,64	16 106 217,35

O número médio de trabalhadores em 2021 foi de 386 (388 em 2020).

30.2. Em 2021 as remunerações dos órgãos sociais foram de:

Conselho de Administração 346 093,91€

A remuneração atribuída ao órgão de fiscalização foi de 20.400,00 € em 2021 igual ao valor de 2020.

31. AUMENTOS / REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 o valor das variações de justo valor registavam os valores constantes do quadro abaixo, por rubricas:

(valores em euros)

Rubrica	2021	2020
Ganhos em propriedades de investimento	0,00	0,00
Perdas em investimentos financeiros	-6 510,12	0,00
TOTAL	-6 510,12	0,00

32. OUTROS RENDIMENTOS E OUTROS GASTOS

Durante o período de 2021 e 2020 foram evidenciados outros rendimentos e ganhos e outros gastos e perdas de acordo com a desagregação seguinte:

(valores em euros)

Rubrica	2021	2020
Outros rendimentos:		
Rendimentos suplementares	1 751 512,36	2 651 877,69
Descontos pronto pagamento obtidos	10 042,25	18 241,39
Rendimentos e ganhos nos rest invest	5 092 794,99	4 721 077,49
Rendimentos e ganhos inv não financ	1 304 927,22	474 017,71
Juros obtidos	13 384,69	179 726,93
Outros	436 612,78	606 451,19
Dos quais:		
Corr relat.exec ant.	100 849,68	198 245,58
Outros n. especificados	229 341,38	281 945,60
Benefícios de Penalid. Contrat.	0,00	114 976,07
Recuperação desp. Financ.	0,00	0,00
Excesso estimativa impostos	62,28	11 283,94
Outros	106 359,44	0,00
TOTAL	8 609 274,29	8 651 392,40

Outros gastos:

Impostos	585 386,62	500 937,57
Descontos pronto pagamento concedidos	4 953,30	1 500,11
Juros de mora e compensatórios	75 006,04	82 152,50
Outros juros	234 244,63	471 345,17
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1 868 564,76	4 427 578,07
Outros gastos e perdas financiamento	1 170 983,31	1 055 548,05
Outros	2 841 375,72	1 081 501,55
Dos quais:		
Correções exercícios anteriores	2 233 151,41	632 043,44
TOTAL	6 780 514,38	7 620 563,02

33. JUROS E RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Nos anos de 2021 e 2020 registaram-se juros e gastos similares nos valores e com a desagregação abaixo referidos:

(valores em euros)

Rubrica	2021	2020
Juros e rendimentos similares:		
Juros de financiamentos concedidos	0,00	0,00
Diferenças de câmbio	0,00	374 317,33
TOTAL	0,00	374 317,33

Juros e custos similares:

Juros suportados	1 561 508,12	1 647 534,32
Diferenças câmbio ref fin obtidos	351 625,91	35,85
Outros gastos e perdas de financiamento		
Relativos a financ obtidos	2 048 347,62	1 640 705,70
TOTAL	3 961 481,65	3 288 275,87

34. CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

A entidade encontra-se dispensada da consolidação de contas dado que, tal como previsto no DL n.º 158/2009 de 13 de Julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, não exerce, em qualquer caso, o controlo sobre qualquer das subsidiárias e, naquelas em que a sua participação é maior que 50% do capital, no seu conjunto não ultrapassam nenhum dos limites previstos no art.º 7.º daquele DL.

35. GARANTIAS PRESTADAS

35.1. Em 31 de Dezembro de 2021 o valor das garantias bancárias e seguros de caução prestadas pela empresa a terceiros era de 60 241 846 Euros (excluindo os colaterais da operação do Ghana), entre as quais se incluem os valores seguintes em moeda estrangeira, e destinam-se a garantia de empreitada.

Euros (€)	56 974 677 €
Meticais (MZM)	314 780 €
Dólares americanos (USD)	2 952 389 €

35.2. Para garantia da globalidade dos empréstimos de curto, médio e longo prazo, bem como garantias bancárias prestadas pelo Banco Santander Totta, foi onerado o edifício da Sede da Empresa, através de hipoteca a favor deste banco.

36. COTAÇÕES DAS MOEDAS ESTRANGEIRAS

Para efeito de conversão, à data do Balanço, dos valores originalmente expressos em moeda estrangeira para euros, utilizaram-se as cotações oficiais em 31 de Dezembro de 2021, das seguintes moedas:

Cotações das moedas estrangeiras

Divisa	31.12.2021	31.12.2020
	1 EURO	1 EURO
USD	1,1326	1,2271
Novo Leu (Roménia)	4,949	4,868
Kwanzas (Angola)	635,750	797,129
Meticais (Moçambique)	71,58	91,05
SZL (Suazilândia)	18,060	18,022
Kwacha Zambiano	18,85	25,941
CVE (Escudo Caboverdiano)	110,265	110,265
HNL (Lempiras Honduras)	27,47	29,5412
CFA (Francos Senegal)	655,957	655,957
NIO (Córdoba Nicarágua)	39,99	42,58
GHS (Cedis Ghana)	6,83	---

37. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Informa-se ainda que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

38. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos até à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, exceto no que diz respeito ao surto COVID-19, que desde Janeiro de 2020 tem vindo a espalhar-se para além das fronteiras da China, causando impactos nos Mercados Financeiros e na atividade económica. Mas as soluções que começaram a chegar em 2021, com o surgimento das vacinas contra a covid-19, permitiram um reabrir de vários setores e atividades e o início do caminho da retoma da economia. Por outro lado, em 24 de Fevereiro de 2022 as tropas Russas invadiram a Ucrânia e ainda se desconhecem os impactos desta guerra, sobretudo nos mercados energéticos, pois uma escalada nos preços destes mercados vai colocar uma pressão adicional nos preços de outros bens e consequentemente um agravamento da inflação.

A Construções Gabriel A.S. Couto, S.A. está a acompanhar de perto a evolução da situação. Contudo e como ainda estamos numa fase de constante mudança, grande indefinição e incerteza, teremos que ser prudentes, sobretudo porque desconhecemos o que ainda nos espera da evolução desta pandemia, bem como o real impacto da guerra entre a Rússia e a Ucrânia na Economia Mundial.

No entanto, a administração está convicta que a Construções Gabriel A.S. Couto, S.A. dispõe de recursos adequados para manter as suas atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso dos pressupostos de continuidade das operações na preparação das Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021, tal como descrito na nota 3.1.

39. MATÉRIAS AMBIENTAIS

No que respeita às Matérias Ambientais, a empresa utiliza o método do custo para a contabilização de dispêndios de carácter ambiental. A empresa registou gastos de natureza ambiental, no que se refere a auditorias e recolha e tratamento de resíduos, no montante total de 333 087 Euros. Estes gastos estão suportados por faturas emitidas por empresas subcontratadas as quais são especializadas no tratamento de resíduos. Não existem provisões nem passivos contingentes de carácter ambiental por não existirem situações que justifiquem a sua constituição. Não ocorreram dispêndios com multas e outras penalidades pelo não cumprimento dos regulamentos ambientais e indemnizações pagas a terceiros. A empresa não é abrangida por qualquer incentivo público referente a esta matéria.

40. OUTRAS INFORMAÇÕES

Proposta de aplicação de resultados

A Construções Gabriel A.S. Couto, S.A. no período económico findo em 31 de Dezembro de 2021 realizou um resultado líquido de +413 051,83 Euros. A administração propõe aos acionistas que a esse resultado líquido apurado seja dada a seguinte aplicação:

Para resultados transitados o montante de 413 051,83 Euros

Não se procederá à distribuição de dividendos do ano 2021 aos acionistas a fim de consolidar os capitais próprios.

41. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 15 de Junho de 2022.

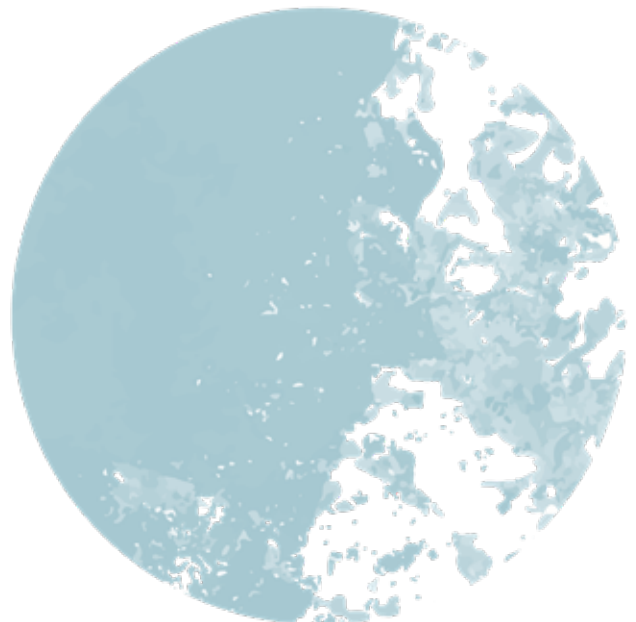
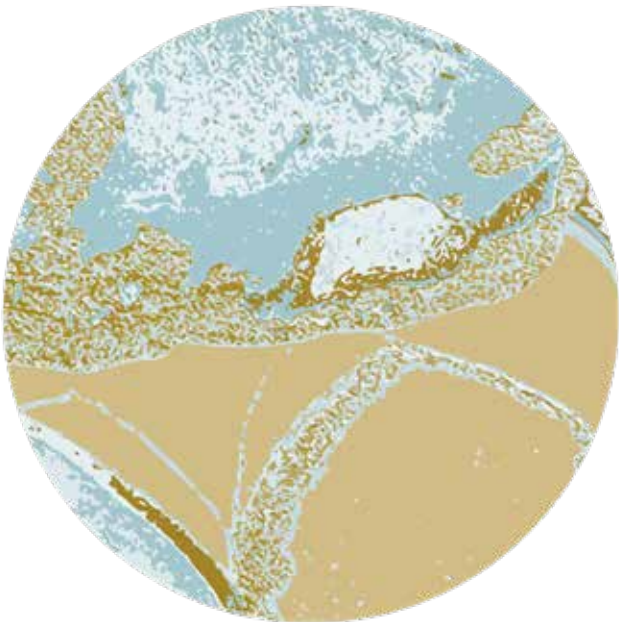
O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

04

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4.1 RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



Senhores Acionistas:

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários submetemos à vossa apreciação o nosso Relatório de ação fiscalizadora e o Parecer sobre o Relatório de Gestão, Contas e Propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da Empresa CONSTRUÇÕES GABRIEL A. S. COUTO, S.A., respeitantes ao exercício de 2021.

Durante o exercício em análise, e na qualidade de Fiscal Único, acompanhámos a atividade da Empresa, verificando com a extensão considerada aconselhável os valores patrimoniais, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, os quais encontramos em devida ordem e em conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística e com as restantes disposições legais. Da Administração e Serviços recebemos a melhor colaboração.

No final do exercício, analisámos os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração, tendo sido emitida a respetiva Certificação Legal das Contas, documento esse que damos aqui por reproduzido.

O Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Contas, expressam de forma adequada a situação financeira da empresa em 31 de dezembro de 2021.

Assim o Fiscal Único é de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as contas do exercício de 2021;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão apresentada pelo Conselho de Administração;
- c) Se proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade.

Trofa, 23, junho, 2022

O FISCAL ÚNICO

ARMINDO COSTA, SERRA CRUZ, MARTINS E ASSOCIADOS — SROC
(inscrita na CMVM sob o nº 20161397)

Representada por

João Carlos do Sul Ribeiro — ROC nº 1106 (inscrito na CMVM sob o nº 20160718)

4.2 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de CONSTRUÇÕES GABRIEL A. S. COUTO, S.A., que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 114.763.299,87 euros e um total de capital próprio de 25.399.129,54 euros, incluindo um resultado líquido de 413.051,83 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de CONSTRUÇÕES GABRIEL A. S. COUTO, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades dos órgãos de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contábilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contábilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

— avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

— comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

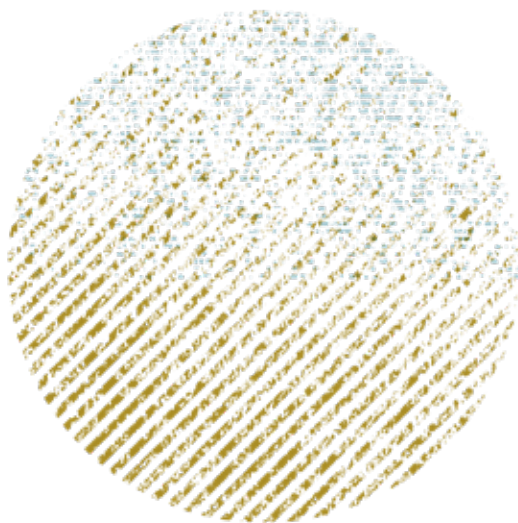
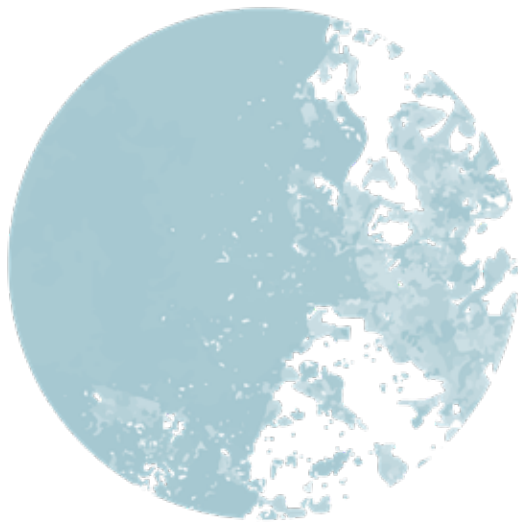
Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Trofa, 23, junho, 2023

ARMINDO COSTA, SERRA CRUZ, MARTINS E ASSOCIADOS — SROC
(inscrita na CMVM sob o nº 20161397)

Representada por:

João Carlos do Sul Ribeiro — ROC nº 1106 (inscrito na CMVM sob o nº 20160718)



PORTFÓLIO

2021

2022



NACIONAL

Projeto: OMBRIA RESORT —
Morgado da Tôr — Loulé. Algarve

Cliente: QDO HOTEL, S.A.







Projeto: OMBRIA RESORT —
Morgado da Tôr — Loulé. Algarve

Cliente: QDO HOTEL, S.A.

Projeto: Legacy Cascais Townhouses.
Cascais

Cliente: Ignitiondomain
Unipessoal Lda





Projeto: Moov Hotel — Porto Salvo.
Oeiras . Lisboa

Cliente: ENDUTEX — Hotéis
Sociedade Unipessoal, Lda.





Projeto: Residência Paríso 49. Porto

Cliente: TAGA URBANIC —
Investment Group





Projeto: Quinta São Marcos. Vila Nova de Gaia

Cliente: LERCOUL – Investiments



Projeto: Quinta do Pinheiro. Porto

Cliente: MONTEPIO – Associação Mutualista





Projeto: Edifício Magga. Maia

Cliente: PONTALTA, S.A.





Projeto: Edifício de Habitação Social
— Bairro Cruz Vermelha. Lisboa

Cliente: Município de Lisboa



Projeto: UHUB LUMIAR. Lisboa

Cliente: UHUB LUMIAR, S.A.

Projeto: Teatro Variedades —
Parque Mayer. Lisboa

Cliente: Lisboa Ocidental, SRU
— Sociedade De Reabilitação
Urbana, EM, S.A.





Projeto: Complexo Escolar da ARTAVE. Vila Nova de Famalicão

Cliente: ARTEMAVE — Associação de Promoção das Artes e Música do Vale do Ave





Projeto: Fábrica LAUAK. Grândola

Cliente: LAUAK Grândola, S.A.





Projeto: Beneficiação do Pavimento da A3 (NÓ VCI/ EN12/Águas Santas)

Cliente: BRISA- Concessão Rodoviária, S.A.

Projeto: EN14 – Maia/Interface Rodoferroviário da Trofa – 2ª Fase

Cliente: INFRAESTRUTURAS de Portugal, S.A





Projeto: Aeroporto Francisco Sá Carneiro — Ampliação do Caminho de Circulação F: Lote 1 e Construção Civil do Lote 2 — Luzes de Sinalização. Porto

Cliente: ANA- Aeroportos de Portugal





INTERNACIONAL

EL SALVADOR

Proyecto: Diseño más Construcción del Cruce Fronterizo el Amatillo — Departamento de la Unión (edificaciones y tecnologías)

Cliente: FOMILENIO II





ANGOLA

Projeto: Infraestruturas Centralidade da Carreira de Tiro na Província de Malanje

Cliente: INGENUIM – Engenharia e Construção

GHANA

Projeto: Reconstruction of
Tarkwa-Agona Nkwanta Road Project

Cliente: Ghana Highway Authority



Edição

Construções Gabriel A.S. Couto S.A.
Departamento de Marketing

Design gráfico

Give u design art

Construções Gabriel A.S. Couto S.A.

Rua de São João de Pedra Leital, nº 1000
4770-464 Requião, Apartado 84 EC V.N.Famalicão
4761-223 V. N. Famalicão
Tel: 00351 252 308 640 PPCA
Fax: 00351 252 375 871
www.gabrielcouto.pt
cgasc@gabrielcouto.pt
Alvará de Construção nº 2490



